

Advocacia-Geral celebra mil acordos fechados no Nordeste

Durante cinco dias foram analisados pedidos de benefícios de AL, Ceará, Paraíba e outros

A Advocacia-Geral da União (AGU) celebrou 1.105 acordos para concessão de benefícios previdenciários e assistenciais e participou de sessões de mediação em demandas estruturais de saúde durante a IV Semana Regional de Conciliação e Cidadania do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e a II Semana Nacional de Saúde. Os eventos simultâneos foram realizados de 6 a 10 de abril em Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O engajamento da AGU na programação organizada pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) da Justiça Federal e Corregedoria do TRF5 se deu por meio das Procuradorias Regionais Federal e da União da 5ª Região (PRF5 e PRU5), órgãos da AGU com sede no Recife, e suas unidades em cada estado.

O trabalho da PRF5 ocorreu em duas frentes. Na primeira, em

alinhamento com a Corregedoria do TRF5 e a temática da saúde, a equipe de Matéria Previdenciária apresentou 872 propostas escritas de acordo em processos de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para portadores de transtornos de neurodesenvolvimento, como o do espectro autista. As propostas foram juntadas aos processos para manifestação das partes, resultando em 850 acordos firmados.

Na outra frente, membros e servidores da PRF5 participaram de 380 audiências de conciliação sobre processos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), firmando 255 acordos para a concessão de benefícios previdenciários, por incapacidade e assistenciais, como BPC, auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por invalidez de segurado especial e pensão por morte.

No Ceará, a estratégia adotada foi selecionar processos judi-

ciais e administrativos com perícia administrativa já designada e realizar um mutirão de perícias e conciliação para concessão de BPC a pessoas em situação de rua. A iniciativa, chamada de Sexta Pop, deve passar a integrar o calendário de ações do Comitê PopRuaJud da Justiça Federal do Ceará (JFCE), do qual a Procuradoria Federal no Estado do Ceará (PF/CE) faz parte.

Em Sergipe, o Cejus levou a conciliação processos em que já constassem laudo médico e social positivos. Em Alagoas, as sessões ocorreram em Arapiraca e focaram em processos com pedido de BPC movidos por pessoas com deficiência e de baixa renda. Em Pernambuco, as audiências foram realizadas pelos Cejus do Recife, Garanhuns e Serra Talhada.

Na Paraíba, os trabalhos ocorreram em Campina Grande e João Pessoa. No Rio Grande do Norte, a mobilização foi realizada em Natal e em Mossoró.

“Chegamos à Semana de Conciliação com 872 propostas de acordo já apresentadas por escrito em processos de BPC e, durante os mutirões, firmamos outros 255 acordos em 380 audiências.

Ao ultrapassarmos a marca de 1.100 acordos, reafirmamos que o papel da AGU vai além da defesa técnica: é também o de viabilizar, com celeridade, o acesso a políticas sociais por parte dos cidadãos mais vulneráveis”, avalia o coordenador regional adjunto de Matéria Previdenciária da PRF5 e procurador-chefe da Procuradoria Federal da Paraíba, Lucas Ramalho.

“A nossa participação na Semana de Conciliação reflete a nossa estratégia de priorizar soluções consensuais. Além dos acordos celebrados em audiência, a atuação coordenada da PRF5 permitiu a apresentação de centenas de propostas de acordo por escrito durante esta semana, o

que otimiza o tempo do Judiciário e da própria AGU. O foco é garantir que o benefício chegue a quem tem direito de forma célere e resolutiva”, afirma a procuradora regional federal da 5ª Região, Larissa Suassuna.

Adiência geral

Ao longo da semana, a equipe da Coordenação Regional de Saúde (Coresa) da PRU5 participou de audiências que discutiram demandas envolvendo, principalmente, medicamentos do Grupo 1A do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), de compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Nas ações individuais, houve cinco compromissos da parte autora de comparecimento à Secretaria de Saúde para inscrição no CEAF, um ajuste de cumprimento pela União e sete pedidos de desjudicialização em razão da parte autora já receber a medicação administrativamente.



Os eventos simultâneos foram realizados de 6 a 10 de abril

Polícia Rodoviária Federal resgata animais silvestres nas estradas de Sergipe

Ascom SE

A Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) participou, juntamente com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Operação Rotas da Fauna. Iniciada em 10 de abril, a operação resultou no resgate de 517 animais silvestres até esta sexta-feira, 17, entre aves e répteis, mantidos ilegalmente em cativeiro em Sergipe. A ação teve como objetivo combater o tráfico, a criação e a manutenção irregular de fauna silvestre no estado.

As equipes da Adema e da PRF atuaram em nove municípios – Areia Branca, Capela, Carira, Feira Nova, Frei Paulo, Itaiana, Neópolis, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora das Dores –, realizando fiscalizações e identificando situações de irregularidade. A operação também

contou com o apoio do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que contribuíram com estrutura para acolhimento dos animais resgatados e suporte técnico para avaliação das condições de saúde. As equipes resgataram 30 jabutis, espécie incluída em listas de proteção internacional. E entre as 487 aves encontradas, havia pintassilgos, curiós, azulões e papagaios-verdadeiros, espécies ameaçadas de extinção, além de cardeais-do-nordeste, papa-capins, canários-da-terra, corrupeiros, sabiás e trinca-ferros, dentre outros.

Triagem

De acordo com a bióloga da Adema, Aline Borba, após o resgate, os animais passaram por



Ação percorreu 9 municípios e resgatou cerca de 500 animais

triagem e avaliação clínica. “Nos casos em que apresentaram problemas de saúde, como desnutrição ou ferimentos, foram encaminhados ao Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama,

para tratamento, reabilitação e acompanhamento técnico antes da destinação adequada”, explicou.

O presidente da Adema, Carlos Anderson Pedreira, reforça

o papel das ações de fiscalização para a preservação da biodiversidade. “Para a Adema, ações como essas são fundamentais não apenas para coibir crimes ambientais contra a fauna, mas também para sensibilizar a população sobre a importância da fauna silvestre para o equilíbrio ambiental, desestimular essa prática e, assim, fortalecer as ações de proteção à fauna”. De acordo com Marcelo David Carvalho, chefe de setor de enfrentamento de crimes ambientais da PRF, a atuação integrada amplia os resultados da operação. “A operação integrada, com o apoio de outros órgãos ambientais, maximiza nossos resgates, a soltura e o tratamento dos animais. A parceria com órgãos como a Adema é fundamental”, conclui.